

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Humberto Miranda*
Isabel Guillen**

Nesta edição, a Revista *Clio* se voltará às questões socialmente vivas e sua relação com a produção historiográfica. Ao propor este Dossiê, pensamos em mobilizar historiadores do Brasil a partir do interesse em contribuir, enquanto área do conhecimento, para análise e problematização dos retrocessos políticos e sociais do nosso tempo.

Vivemos em um tempo marcado pela retomada de ideias fascizantes, propagadas por setores conservadores da grande imprensa nacional, e materializadas nas propostas políticas que defendem, por exemplo, a “lei da mordça” (Escola sem Partido), a redução da maioria penal e o Estatuto da Família. Muitas dessas ideias remetem a tempos pretéritos, como os do colonialismo patriarcal, da escravidão e dos governos autoritários, e se apresentam como questões socialmente vivas. Mas, o que são tais questões?

Esta pergunta nos inquietou desde o início e se tornou um desafio. Os trabalhos recebidos nos levaram a problematizar a nossa proposta, uma vez que, mesmo apresentando um tema sensível muitos dos artigos não traziam abordagens preocupadas em responder os problemas sociais do nosso tempo. A partir das discussões construídas, chegamos a considerar que nem sempre um tema sensível é abordado a partir de uma questão socialmente viva.

Acreditamos que ao abordar os temas sensíveis à luz das questões socialmente vivas, os historiadores e historiadoras devem estar atentos à complexidade dos problemas sociais construídos historicamente que ainda nos afetam enquanto sujeitos individuais e coletivos, que nos afligem enquanto sociedade e que nos indignam enquanto sujeitos. A partir desse prisma é possível produzir outros deslocamentos de análise, buscando colocar no centro do debate os problemas sociais produzidos no passado que ainda se encontram presentes na nossa sociedade.

*Organizador do Dossiê. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Regional da Cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP: 52171-900 - Recife-PE, Brasil. E-mail: humbertoufrpe@gmail.com.

**Organizadora do Dossiê. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: Av. da Arquitetura, Cidade Universitária, CEP: 50731-330, Recife-PE, Brasil. E-mail: icmg59@gmail.com.

Ao trabalhar com a temática da escravidão negra no Brasil, por exemplo, a depender da abordagem, podemos invisibilizar os problemas sociais gerados pela prática escravista ou até reproduzir a ideia construída pelo projeto político colonial. Como trabalhar com a questão da escravidão a partir de uma abordagem sensível?

Debruçar-se sobre as questões socialmente vivas é estar preocupado com os problemas sociais historicamente construídos que ainda provocam desigualdades, intolerâncias e as mais diferentes formas de violência que desafiam a dignidade humana. Não podemos estudar a história da escravidão sem pensar no racismo que ainda permanece vivo, no genocídio da juventude negra, nas desigualdades econômicas que afetam a população afrodescendente.

A produção historiográfica ainda se encontra fortemente marcada pela tradição disciplinar, que por sua vez tende a tornar os temas sensíveis em temas cartesianamente positivados, negando os sujeitos e a complexidade de suas vivências, no sentido individual e coletivo. O desafio de tornar um tema sensível em uma questão socialmente viva é o de “descolonizar” o olhar sobre o tema, fissurar os discursos cristalizados, questionando a própria forma que o conhecimento vem sendo construído sobre a temática.

Ao prefaciarem a coletânea *Epistemologias do Sul*, Maria Paula Meneses e Boaventura de Souza Santos afirmam que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento”, ou seja, as nossas experiências podem nos levar a reproduzir trabalhos historiográficos que reproduzem o projeto colonizador ainda vigente.

Para Meneses e Santos, “não há conhecimento sem prática e sem atores sociais”, logo, é importante o esforço intelectual de questionar a lógica disciplinar ainda muito presente nas nossas produções. A lógica disciplinar, que consigo traz o ideário colonizador, nega o sujeito da história, pois é linear e constituidora de um cientificismo que não abarca a complexidade humana, muitas vezes o reduzindo a meras definições e conceitos vazios.

Desse modo, é fundamental desafiar a forma convencional de produzir a escrita da História, o que nos exige uma abordagem para além da perspectiva disciplinar. Os artigos que compõem este Dossiê abordam diferentes espaços e tempo históricos. São temas trabalhados a partir de historiadores e historiadoras de diferentes regiões do país, que trouxeram textos inéditos voltados para os temas sensíveis.

Apresentamos o artigo, *Mulheres pedindo Justiça: processos criminais no Vice-Reinado do Rio da Prata (Século XVIII)*, do historiador Rafael Ruiz, que objetiva debater a questão da violência doméstica no período oitocentista, tendo processos civis e criminais

como fontes de pesquisa. O texto permite construir uma reflexão sobre a relação entre a administração da justiça e as relações de gênero no América Espanhola.

O artigo *História, legislação e ato infracional: privação de liberdade e medidas socioeducativas voltadas aos infantojuvenis no século XX*, da autora Camila Serafim Daminelli, contemplará a história das legislações voltadas para adolescentes em situação de conflito com a Lei. Uma questão socialmente viva, fortemente marcada pelas contradições do “sistema de justiça” que não apresenta perspectivas de ressocialização para meninos e meninas que se envolvem em diferentes atos infracionais.

O historiador Helder Remigio de Amorim, em seu artigo *Em tempos de guerra: Josué de Castro e as políticas públicas de alimentação no Estado Novo*, de traz uma importante debate sobre a história do combate a fome no Brasil. A partir da trajetória intelectual de Josué de Castro, o historiador aborda, de modo sensível, a fome como um problema social e histórico. O autor destaca a atuação institucional de Josué de Castro em defesa das políticas de alimentação e da nutrição no Brasil.

A historiadora Kety Carla De March, no artigo intitulado “*Hoje eu resolvi deixar o mundo*”: *Narrativas de suicídio m Guarapuava-Pr nos anos 1950*, abordará neste Dossiê questão do suicídio. A partir dos inquéritos policiais e de relatos de memórias, a autora procura analisar como foram construídos os discursos sobre as pessoas que cometiam o suicídio, na cidade interiorana do Paraná. Através deste artigo podemos (re)pensar a história da saúde mental no Brasil e os dispositivos de controle social construídos a partir da disciplinização dos corpos.

Finalizando este Dossiê, trazemos o artigo *Democracia, justiça e estado de exceção: Passado presente*, do historiador Tássio Brito. Um texto que nos faz (re) pensar a “democracia” brasileira e como o cotidiano das pessoas comuns é marcado por diferentes formas de repressão. O autor questiona o discurso oficial da “República Cidadã” e reflete sobre as diferentes formas de injustiças e desigualdades sociais que marca a política e a sociedade brasileira.

Estado de exceção, suicídio, fome, adolescentes em privação de liberdade, mulheres em busca de “justiça”. Temas sensíveis que devem ser problematizados como questões socialmente vivas.

Parafraseando Marc Bloch, “eis portanto o historiador (e a historiadora) chamado a prestar contas” do passado (BLOCH, 2001, p.41). Para que os profissionais da história prestem contas do passado é fundamental a mudança de olhar sobre as temáticas que

pesquisamos. Trabalhar com as questões socialmente vivas nos exige uma virada epistemológica, que nos leva a pensar o conhecimento histórico a partir de outra ética acadêmica que desafia o conhecimento disciplinar.

Pensar as questões socialmente vivas nos faz descolonizar o conhecimento tradicionalmente construído e enveredarmos esforço em uma ética transdisciplinar, que procura o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, que respeita as diferenças e coloca a produção historiográfica também como um instrumento para a transformação social.

APRESENTAÇÃO – REVISTA CLIO, 40 ANOS

George Cabral*

Fundada em 1977 pelo Professor Armando Souto Maior, a Revista Clio chega aos 40 anos em plena atividade como um dos mais tradicionais periódicos acadêmicos brasileiros da área de História. Registramos aqui nosso agradecimento a todos os colaboradores que, ao longo destas quatro décadas, ajudaram a construir a trajetória de nosso periódico, ao passo que reafirmamos o nosso compromisso com a qualidade e o futuro de nossa revista.

O presente número se inicia com o dossiê “Questões socialmente vivas”, organizado pelos professores Isabel Guillen (UFPE) e Humberto Miranda (UFRPE). Para além dos artigos englobados na temática especial proposta para o dossiê, trazemos também mais nove artigos livres e duas resenhas.

A secção de artigos livre se inicia com o texto de Cíntia Gonçalves Gomes de Oliveira que faz uma leitura das manifestações do poeta Gregório de Matos e do historiador Sebastião da Rocha Pita sobre a crise econômica que afetou a capitania de Bahia e seus moradores no final do século XVII.

Mário Fernandes Ramires apresenta um estudo sobre as tipografias e os tipógrafos em atividade em Pernambuco no período que vai de 1815 a 1824, uma fase de grande agitação política e social na província, ressaltando a atuação dos mantenedores de periódicos no surgimento de uma cultura política que foi decisiva no posicionamento local perante o processo de Independência.

Matheus Silveira Guimarães analisa o movimento do comércio de escravizados na capitania/província da Paraíba na primeira metade do século XIX. O autor dedica atenção a duas questões: as dinâmicas de um porto não-central e o comércio interprovincial de escravizados antes de 1850.

Aguiomar Rodrigues Bruno e Geovani Dias Pereira nos trazem um texto sobre os ritos fúnebres oitocentistas na Freguesia de Piraí (Vale do Paraíba), analisando os significados para a comunidade dos atos celebrados por ocasião do falecimento de um de seus membros.

*Editor da Revista. Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: Av. da Arquitetura, Cidade Universitária, CEP: 50731-330, Recife-PE, Brasil. E-mail: georgcabral@yahoo.com.

A categoria *cabra* e mais especificamente a sua origem no contexto do movimento conhecido como *Revolta de Pinto Madeira* são os alvos da análise apresentada por Ana Sara R. P. Cortez Irffi em seu texto. A autora discute também como, no âmbito da insurgência ocorrida em 1831-1832 no Ceará, a categoria em questão passou a ser institucionalmente usada pelo governo provincial.

Reinaldo Benedito Nishikawa conduz o leitor pelas discussões travadas durante os séculos XIX e XX a respeito do perfil ideal dos imigrantes para o Brasil, e sobre a colaboração que estes trabalhadores de diferentes origens deveriam trazer para a construção do país.

Os processos trabalhistas do arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e prontuários policiais do DOPS foram as fontes consultadas por Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo para analisar o movimento dos trabalhadores rurais e suas reivindicações entre as décadas de 1970 e 1980 em Pernambuco, recompondo memórias do período a partir de fontes judiciais.

Edson Hely da Silva propõe em seu trabalho uma reflexão crítica sobre a visão da produção historiográfica relativa aos povos indígenas, propondo que sejam estudados na perspectiva de uma *História Ambiental* que possa estabelecer as relações entre os índios e as condições de vida no *Ambiente* onde habitam.

Abordando uma temporalidade mais recente, a partir dos postulados da *História do tempo presente*, Ueber José de Oliveira e Marcos Marcelo Lirio discutem em seu artigo a política educacional posta em prática no estado do Espírito Santo durante as gestões do governador Paulo Hartung (2003-2016).

O presente volume se fecha com duas resenhas. Izabel Maria dos Santos aborda o livro *A águia e o dragão – portugueses e espanhóis na globalização do século XVI*, de Serge Gruzinski. Severino Vicente da Silva, por sua vez, analisa o livro *Um coronel em revista*, publicado por Márcio Ananias Ferreira.

Agradecemos a todos os colaboradores deste número e desejamos uma boa leitura.

Humberto Miranda e Isabel Guillen
Organizadores do Dossiê

George F. Cabral de Souza
Editor